

Código Florestal (*)

Um dos temas de ordem política mais controversos em discussão em Brasília é a reforma do Código Florestal Brasileiro, sobretudo nos pontos que se referem às atribuições legais de responsabilidade sobre o meio ambiente que são impostas aos produtores rurais. No que diz respeito à conservação, o Código estabelece que os produtores têm duas obrigações legais: cumprimento da reserva legal (RL) e, adicionalmente, proteção de áreas de preservação permanente (APPs). Pela RL, os produtores que estão fora da Amazônia Legal devem manter preservados, sem uso produtivo agrícola, 20% da área da propriedade rural. Nos Estados da Amazônia Legal o percentual é de 35% nas áreas de cerrado e de 80% nas áreas dentro do bioma Amazônia.

A questão da RL e das APPs sempre foi motivo de contencioso entre produtores e o governo brasileiro. Especialmente no caso da RL, desde que, há mais de dez anos, o Judiciário passou a determinar a averbação das áreas nos cartórios de registro de imóveis, o nível de tensão vem crescendo. O aumento da fiscalização, a recente regulamentação das leis de crimes ambientais e a popularização do uso de ferramentas de georreferenciamento detonaram, do lado dos produtores, ações para reformar o Código Florestal. Como ficou claro no mês passado, organizações ambientais e o Ministério do Meio Ambiente são o outro lado da moeda.

Esse é o contexto político em que o tema é tratado. Mas a complexidade dele vai muito além desses elementos. Por um conjunto de razões que listo a seguir, o Código precisa ser reformado. No entanto, dada a enorme mudança institucional que representa a reforma, ela só fará sentido se passar por um processo de escrutínio pela sociedade brasileira.

A reforma do Código não é motivo de disputa apenas entre produtores e ambientalistas, mas

também entre os próprios produtores. Cada Estado com relevância na produção agropecuária tem uma condição específica e, idealmente, gostaria de ver o Código alterado para acomodar sua situação. Além disso, há questões de legitimidade econômica e ambiental que são simplificadas pela abordagem legal utilizada no Código - e que já são suficientes para justificar uma reforma. Assim, uma estratégia de reforma concentrada apenas na mudança de seus aspectos legais tem poucas chances de dar certo, pois é mais do que evidente que o Código, de 1965 e repleto de emendas, está fora da realidade em que vivemos.

O primeiro elemento que justifica a reforma é a necessidade de encontrar soluções para equacionar o problema do passivo ambiental que hoje atormenta os produtores. Os dados indicam que nos Estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste há cobertura vegetal insuficiente para atender às exigências de RL e APPs. Do ponto de vista legal, tais Estados deveriam recuperar essas áreas, incluindo a compensação fora da propriedade, no caso da RL, desde que na mesma bacia hidrográfica.

Existem três saídas nesse caso: incorporar as APPs, pelos menos as de margem de rio, na contabilização da RL; desenvolver um enorme programa, com ajuda governamental, de recuperação de matas e florestas; e buscar uma solução que flexibilize os esquemas de compensação. Em qualquer dos casos, não faz sentido recuperar APPs de morro que há anos estão ocupadas com produção agrícola e pecuária. A primeira solução é boa para os produtores, mas não sairá de graça. Dado que o passivo deverá continuar elevado, os produtores poderão ser cobrados a se comprometer a resolver o remanescente. A segunda faz sentido somente se o restauro florestal ocorrer em áreas de baixo valor produtivo e se houver uma forte política de incentivo governamental. A terceira solução, de

“O primeiro elemento que justifica a reforma é a necessidade de encontrar soluções para equacionar o problema do passivo ambiental que hoje atormenta os produtores”

EDITORIAL

↳ Código Florestal

■ Páginas 01 e 02

EVENTOS

■ Página 02

PEQUENAS NOTAS

■ Página 04

FIQUE SABENDO

↳ Linha de crédito deve financiar estocagem de carcaças e produtos

↳ Legislação ambiental prejudica produção

↳ Estocagem de etanol terá R\$ 1 bi

■ Páginas 03, 04 e 05

NOTICIA DA CNA

↳ CNA defende medidas para modernizar atividade

■ Páginas 03

ESPAÇO DO AGROPACTO

↳ Encontro semanal do dia 31/03/09

■ Página 05 e 06

Informativo Semanal



Nº 546

Órgão de divulgação de assuntos de interesse do Setor Agropecuário e do Pacto de Cooperação da Agropecuária Cearense.

Coordenação e Elaboração: Gerardo Angelim de Albuquerque - Chefe de Gabinete da FAEC

Coordenador Geral do Agropacto: JOSÉ RAMOS TORRES DE MELO FILHO (Presidente da FAEC)

Membros do Comitê Consultivo: Setor Público

Antônio Bezerra Peixoto - SDA
Antonio Cleber Maurício de Alencar - BB
Evandro Vasconcelos Holanda Júnior - Embrapa Caprinos
Francisco Zuza de Oliveira - ADECE
João Hélio Torres D'Ávila - UFC
João Ribeiro Crisóstomo - Embrapa Agroindústria Tropical
José Alves Teixeira - BNB
Teresa Lenice Nogueira da Gama Mota - SECITECE

Setor Privado

Carlos Prado - IBRAF/NE
Cristiano Peixoto Maia - C.S. Camarão
Edgar Gadelha Pereira Filho - C.S. Camaúba
Euvaldo Bringel Olinda - Instituto Frutal
Francisco Férrer Bezerra - FIEC
Gilson Gondim - C.S. Flores
João Nicélio Alves Nogueira - OCEC
João Teixeira Júnior - UNIVALE
José Alberto Costa Bezerra Júnior - C.S. Leite
Luiz Prata Girão - BETÂNIA
Raimundo Reginaldo Braga Lobo - SEBRAE/CE
Tom Prado - C.S. Frutucultura

Secretária:

KAMYLLA COSTA DE ANDRADE

Editoração Digital:

GEOVANA COSTA

Taquigrafia:

IRLANA GURGEL

Patrocínio:

BANCO DO BRASIL S/A

CONSULTA

Para maiores esclarecimentos sobre as informações aqui divulgadas, favor comunicar-se com a **SECRETARIA EXECUTIVA DO PACTO DE COOPERAÇÃO DA AGROPECUÁRIA CEARENSE**.

Endereço: Rua Edite Braga, 50 - Jardim América - 60.425-100 Fortaleza - CE

Telefones: (0xx85) 3535-8006/3535-8017

Fax: (0xx85) 3535-8001

E-mail: agropacto@faec.org.br

Site: www.agropacto-ce.org.br

Continuação

baixa probabilidade de aceitação pelos Estados que estão livres de passivo, deveria estender, no mínimo, a compensação a todo o Estado, não importando a bacia hidrográfica. Considerando que a RL e as APPs devem ser atendidas pela propriedade, é impossível mapear todos os casos para medir qual das soluções acima é mais viável. Assim, um pacote combinado de todas elas parece ser a solução.

Em situação diferente estão os produtores da Amazônia. Do ponto de vista legal, usar terras na Amazônia para fins agropecuários é considerada uma exceção. Não somente por conta dos 80% de RL, mas porque os objetivos de proteção ambiental são atingidos com as unidades de conservação ali estabelecidas. A grande questão da Amazônia é que, por força da obrigatoriedade dos 80%, os produtores são transformados em prestadores de serviços ambientais sem nada receberem por isso. Claramente, é uma construção jurídica que não poderia funcionar porque a única forma de renda de um produtor, exceto pelo desmatamento ilegal, é o uso de apenas 20% de sua terra para produção. O caminho de reformar o Código com a redução dos 80%, que seria a solução ideal aos produtores da Amazônia, provavelmente não vai prosperar, porque isso pode levar ao aumento do desmatamento, fato que governo e sociedade não desejam mais. Assim, garantir os 80% de RL passa, obrigatoriamente, pela inclusão dos serviços ambientais na matriz de custo da sociedade brasileira.

Dois outros elementos complicam ainda mais o debate. A questão da regularização fundiária e a inclusão dos produtores num sistema de cadastro rural. São temas que, por sua interdependência, não evoluem. Um produtor com passivo ambiental não tem interesse em fazer parte do cadastro. Um produtor que não tenha título da terra não tem interesse em fazer desmatamento legal. E a falta de um sistema de cadastro deixa o governo de mão atadas para fiscalizar.

A reforma do Código Florestal é necessária e precisa contemplar soluções para o passivo ambiental, o pagamento pelos serviços ambientais, a regularização fundiária e a criação de um cadastro rural nacional. Uma reforma que não ataque esses temas será, mais uma vez, parcial.

(¹) André Meloni Nassar, Diretor Geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais

Eventos

Exposição: Acontecerá em Tel Aviv, Israel, de 5 a 7 de maio de 2009, a 17ª Exposição Agrícola Internacional – Agritech 2009, o lugar certo para encontrar e fazer negócios com líderes e experts em agricultura de todas as partes do mundo. Na Agritech, você irá descobrir as mais recentes inovações em: ▶ Avançados equipamentos e tecnologias; ▶ Agroindústrias Start-ups; ▶ Produção com economias de custos; ▶ Agro tecnologias ecológicas e de meio ambiente; ▶ Serviços de extensão; ▶ Biotecnologias agrícolas de alta tecnologia; ▶ Métodos intensivos de cultivo; ▶ Treinamento e cooperação internacional; ▶ Pesquisa e Desenvolvimento. Informações: www.agritech.org.il

Feira: A FEICORTE 2009 – Feira Internacional da Cadeia Produtiva de Carne ocorrerá no Centro de Exposições Imigrantes, em São Paulo, de 16 a 20.05.2009. Como o maior evento da cadeia produtiva da carne da América Latina, a FEICORTE vem cumprindo com louvor seu papel, viabilizando o acesso a informações de alto nível e a diversas oportunidades de negócios, além da intensa visitação que aponta com certeza para esse novo panorama da pecuária brasileira e as perspectivas para os próximos anos. As informações sobre a Feira poderão ser obtidas pelo telefone: (11) 4195-1660; E-mail: cjardim@itmiceincentivo.tur.br

ALERTA AOS PRODUTORES RURAIS

O pagamento da contribuição sindical rural é obrigatório e, entre as passíveis sanções, está a cobrança judicial

**N
O
TÍ
C
I
A
D
A
C
N
A**

CNA defende medidas para modernizar atividade

Reestruturação da política de crédito rural, transformação das propriedades em empresas, implantação de um novo sistema de defesa agropecuária, eficiência administrativa das propriedades e identificação dos principais problemas vividos no campo. Estas medidas foram defendidas no dia 2 de abril último, em Uberlândia, pela Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e do Conselho Deliberativo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Senadora Kátia Abreu, em entrevista coletiva, durante o lançamento do Programa CNA em Campo.

O projeto visa aproximar o Sistema CNA/SENAR da sociedade por meio da discussão dos principais problemas do setor e buscar alternativas para reforçar o crescimento da atividade rural. “Precisamos modernizar nossa atividade, pois outros países também têm esses mecanismos que facilitam a vida do produtor”, justificou.

Segundo Kátia Abreu, a reforma do sistema de crédito é uma das principais medidas a serem tomadas para que o produtor obtenha mais acesso a financiamentos e mantenha a atividade. Ela argumentou que a dificuldades de créditos estão atribuídas principalmente à elevação do risco de inadimplência do produtor pelos bancos, diante de crises internas vividas pelo setor em safras passadas, que se tornaram empecilho para o acesso a novos créditos.

“A saída tem sido buscar recursos nas *tradings*, mas estas reduziram seus financiamentos em razão da crise internacional e a preocupação é saber quem vai financiar a safra”, afirmou. “Por isso a reforma do modelo de crédito é fundamental, pois a agricultura é um carro que tem de trocar o pneu andando, não pode parar”, justificou. Ela acrescentou que um grupo de trabalho formado por técnicos da CNA, Banco do Brasil, Ministérios da Fazenda e Agricultura está discutindo a proposta de reformulação do atual modelo de crédito.

Mudanças

Defensora a formalização da atividade rural, Kátia Abreu avaliou que uma das condições para o produtor ter mais acesso aos recursos para bancar a lavoura seria a transformação das propriedades em empresas, proposta que também está sendo discutida com o governo federal para dar mais transparência ao produtor.

“A idéia é criar uma central de financiamento para que todos os agentes tenham as mesmas informações sobre o produtor que faz financiamento, tanto dos bancos como de outras fontes”, disse. Em relação a um sistema novo de defesa agropecuária, a presidente da CNA informou que está em andamento um estudo que propõe um projeto piloto com dez culturas.

“Temos de melhorar este sistema também, pois a classe tem explicações a dar aos compradores dos nossos produtos e com essa atitude satisfazer aos nossos principais clientes, que são os próprios brasileiros”, salientou.

Outro ponto abordado por Kátia Abreu foi a necessidade de se aperfeiçoar a gestão nas propriedades para aumentar a competitividade do setor. “Queremos que o produtor tenha nos livros contábeis a mesma eficiência que ele emprega na produção”, destacou, completando que o SENAR ficará responsável por projetos voltados para esta finalidade. Uma das iniciativas, dentro da proposta será o Programa Empreendedor Rural, que foi pioneiro no Paraná e será estendido a outros estados. Kátia Abreu também falou sobre a criação do Observatório das Desproteções Sociais, outro projeto prioritário do Sistema CNA/SENAR que serve para identificar as principais deficiências no campo.

FIQUE SABENDO !!! FIQUE SABENDO !!!

Linha de crédito deve financiar estocagem de carcaças e produtos

O governo federal deve lançar uma Linha Especial de Crédito (LEC) para a suinocultura. É o que foi revelado pelo Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, no dia 24 de março último findo, durante uma reunião com a presidência da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS). A medida servirá para financiar a estocagem de carcaças e produtos.

A semelhança do regime de Preços Mínimos, os recursos dessa linha de crédito somente serão liberados para a indústria depois da confirmação do pagamento de um piso de R\$1,80 para o quilo do suíno vivo.

Para o setor, a novidade é resultado de uma sequência de reuniões realizadas por lideranças da suinocultura. Inclusive, em Brasília, com o ministro da Agricultura.

O presidente da Comissão Técnica de Suinocultura da FAEP, João Batista Pazuch Manfio informou que a medida é consequência do trabalho em conjunto para que fosse implantado um valor referência para os suínos.

“Sabemos que esse valor de R\$ 1,80 não cobre os atuais custos de produção. Mas, por outro lado, se conseguirmos pôr em prática essa medida, esperamos que sejam reduzidos os estoques de excedentes no mercado”, disse.

Manfio também espera que, com a adoção de outras medidas, ocorra uma reação dos preços do suíno. “Não é só essa medida. Vamos continuar a conversa com o governo federal, com o Planejamento e outros ministérios, para que sejam colocadas em prática outras medidas de interesse do setor”, afirmou.

Queda dos preços – “Apenas nos três primeiros meses deste ano, os preços pagos aos criadores de suínos caíram 17%.” A afirmação é da economista da FAEP, Gilda Bozza. Segundo ela, a pressão nos preços pagos ao produtor ocorreu em consequência da colocação, no mercado interno, do excedente de exportação.

“O setor de suínos enfrenta dificuldades desde o final do ano passado. O começo dos problemas foi a crise financeira mundial. Com isso, houve uma restrição de crédito às exportações e muitos contratos já firmados foram cancelados. Também houve queda dos preços internacionais das *commodities*”, lembrou.

PRODUTOR RURAL: Pague a Contribuição Sindical em benefício da manutenção do Sistema Sindical Rural

FIQUE SABENDO !!! FIQUE SABENDO !!!

Legislação ambiental prejudica produção

A necessidade de reformulação do Código Florestal, que se tornou inaplicável e coloca o produtor rural em situação de ilegalidade, foi discutida entre a Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Senadora Kátia Abreu, e o Promotor Público do Meio Ambiente do Ministério Público (MP) de Governador Valadares (MG), Leonardo de Castro Maia, nesta manhã, na sede do órgão, durante a programação de lançamento do *CNA em Campo*. Defensora da mudança na legislação ambiental para que os produtores possam cumpri-la, Kátia Abreu expôs ao representante do MP a preocupação do setor com a inviabilização da atividade a partir do cumprimento integral da lei, o que pode afetar 5 milhões de propriedades. "Vamos lutar no Congresso Nacional por mudanças na legislação, que está obsoleta", afirmou durante o encontro.

Baseada em estudo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a senadora afirmou que apenas 33% do território estariam disponíveis para atividades econômicas se a legislação fosse cumprida na íntegra. "Não tem sentido, pois a média mundial mostra que a maioria dos países destina de 10% a 15% de seu território para áreas de preservação ambiental", disse. Ela também mostrou ao promotor o alto custo para recompor áreas desmatadas, que é de R\$ 8 mil a R\$ 10 mil por hectare.

"Fazer isso sem recursos é impossível. E o direito adquirido também deve ser respeitado, pois a criação da reserva legal surgiu depois que muitos desmataram e estão com sua produção consolidada", justificou Kátia Abreu, acompanhada pelo Vice-Presidente Executivo da CNA, Fábio de Salles Meirelles Filho, o presidente da Federação de Agricultura e Pecuária de Minas Gerais, Roberto Simões, o ex-presidente do Sindicato Rural da cidade, Roberto César, e o novo presidente do mesmo sindicato, empossado hoje, Afonso Luiz Bretas. O encontro no Ministério Público foi o segundo compromisso da senadora na cidade mineira. O primeiro foi um café-da-manhã com a prefeita da cidade, Elisa Costa, com a presença de diversas autoridades locais.

pequenas NOTAS



Câmara definirá metas para ampliar uso de sementes de feijão certificadas pelo Mapa: Metas para aumentar o uso de sementes certificadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) na cultura do feijão serão definidas por grupo de trabalho da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Feijão, a partir de 30 de abril. A decisão foi tomada durante reunião, em Brasília. Atualmente, apenas 10% da produção nacional de grãos é feita com sementes certificadas pelo Mapa. "Estamos discutindo, exatamente, como aumentar o uso de sementes certificadas na produção do feijão. O grupo vai diagnosticar todos os pontos que interferem nessa questão," disse o presidente da Câmara, Péricles Salazar. De acordo com Salazar, devem integrar o grupo representante dos departamentos de Fiscalização de Insumos Agrícolas (DFIA), de Sanidade Vegetal (DSV) e da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC), do Mapa. Está prevista também a participação da Associação Brasileira de Sementes e Mudas (Abrasem), do Instituto Brasileiro de Feijão e Legumes Secos (Ibrafe) e da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).



Mantega: "fico satisfeito com alta do PIB, mesmo de 1%": O Ministro da Fazenda, Guido Mantega alterou, ao menos temporariamente, a avaliação de que a sua pasta trabalha com a meta para crescimento em 2009 próxima de 3% a 3,5%. O Banco Central (BC) divulgou uma revisão em baixa de sua projeção do Produto Interno Bruto (PIB) para este ano, de uma alta de 3,2% para uma expansão de 1,2%. Perguntado pela Agência Estado se a sua projeção para a expansão deste ano está próxima à do BC, o ministro foi categórico. "Ficamos satisfeitos se registrar um crescimento positivo em 2009, seja de 1%, 2% ou 2,5%, de modo a permitir que caia o desemprego e que tenhamos as conquistas registradas nos últimos três anos", afirmou. Mantega ressaltou que a crise financeira internacional provocou uma recessão muito forte no mundo a ponto de levar vários países desenvolvidos a apresentarem contração do PIB neste ano, como é o caso do Reino Unido. Segundo o ministro, o país europeu deve exibir uma retração de 3% neste ano. Mantega destacou que, em breve, quando o cenário econômico estiver mais claro, poderá fazer uma estimativa para o PIB deste ano.



Exportação de carnes já registra recuperação: Com valorização da carne em geral no mercado internacional, as exportações brasileiras de carnes bovina, suína e de aves registraram crescimento expressivo, tanto em volume quanto em receita, em março. Na comparação com fevereiro, as vendas de carne bovina cresceram 25,7%, de frango, 21,3% e de suínos, 9,8%, segundo dados da Secex (Secretaria de Comércio Exterior) do MDIC (Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior). A tonelada da carne bovina subiu 1% em março sobre fevereiro, cotada a US\$ 2.845,30. O preço médio do frango teve alta de 1,9% no mês passado em relação ao anterior, apesar da queda de 22,1% sobre o valor de março do ano passado. Já a carne suína, cotada a US\$ 2.116,10 por tonelada, registrou retração de 0,7% em março sobre fevereiro e de 15,7% na comparação com março de 2008. De acordo com o Superintendente de Economia Agrícola da Secretaria de Estado de Agricultura, João Ricardo Albanes, as vendas de carne bovina renderam ao país US\$ 233,6 milhões, alta de 25,7% ante o mês anterior, porém com retração de 14,3% ante março de 2008.



Importação do agronegócio terá isenção: O governo editou Portaria Conjunta da Secretaria da Receita Federal e da Secretaria de Comércio Exterior que regulamenta o chamado "*drawback integrado*", que dá isenção tributária nos casos em que o insumo não será necessariamente incorporado ao produto a ser exportado, mas será usado na sua elaboração. A medida só entrará em vigor 45 dias após a publicação. O sistema vai beneficiar empresas agrícolas na compra de rações e outros insumos empregados para o cultivo ou para a alimentação animal de produtos que serão vendidos no mercado externo. Pela portaria, a aquisição no mercado interno ou a importação de mercadoria para emprego ou consumo na industrialização ou elaboração do produto a ser exportado poderá ter isenção do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), do PIS (Programa de Integração Social) e da Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social). O benefício, no entanto, não será concedido às empresas que estão dentro do Simples Nacional nem às que são tributadas com base no lucro presumido, tampouco para cooperativas que não sejam de produção agropecuária.

FIQUE SABENDO !!! FIQUE SABENDO !!!

Estocagem de etanol terá R\$ 1 bi

O Banco do Brasil está com R\$ 1 bilhão disponível para as usinas sucroalcooleiras estocarem etanol. A totalidade dos recursos de R\$ 2,31 bilhões para este programa viria de uma linha do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mas o montante caiu para R\$ 1,31 bilhão. De acordo com Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Minas Gerais (Siamig/Sindaçúcar-MG), Luiz Custódio Cotta Martins, esse capital é oportuno e visa retirar um pouco do excesso de álcool do mercado.

Para Martins, mesmo com a redução dos recursos, a linha ajuda as usinas a obterem financiamentos e manter os estoques, equilibrando a oferta. "A adesão deverá ser grande, porém as exigências dos bancos podem inviabilizar o processo. Hoje, a garantia exigida pelos bancos é de 1,5 litro de álcool para cada 1 litro financiado e espero que este equilíbrio se mantenha", explicou.

Segundo Martins, com essa verba de R\$ 1 bilhão, será possível retirar 2,5 bilhões de litros do mercado, mantendo-os nos estoques, destacou. Essa estocagem imediata poderá levar a uma recuperação nas cotações do etanol que, em função dos problemas de caixa das empresas, muitas ofertaram maiores volumes no mercado para conseguir manter os negócios.

Queda nos preços - Enquanto isso, no mercado os preços continuam registrando quedas. A redução em março frente a fevereiro, chegou a 28% nos preços pagos pelo produto na usina. Quando o etanol chegava às distribuidoras, só foram repassados para os postos a baixa de 4%. "A margem está ficando com as distribuidoras. Nos postos mineiros, o valor médio do litro de álcool em março foi de R\$ 1,62 em relação a fevereiro que custava R\$ 1,61", comparou.

Enquanto distribuidoras e postos conseguem ter lucro com o etanol, as unidades produtoras estão vendendo o litro do etanol pelo preço médio de R\$ 0,59. Segundo Martins, esse valor não chega nem a cobrir os custos de produção atual, que é de R\$ 0,77 por litro. "Continuamos apreensivos com a queda nos preços e esperamos que essa redução possa chegar ao produtor", alertou.

A expectativa agora é para saber se com essa liberação de capital o setor poderá ofertar menos etanol no mercado, aguardando possíveis recuperações de preço nas unidades produtivas. "Não é possível continuar trabalhando com prejuízo. Ainda mais que neste caso está ocorrendo transferência de renda do setor que produz para as distribuidoras", criticou.

ESPAÇO DO PACTO ESPAÇO DO PACTO ESPAÇO DO PACTO

Resumo da reunião do dia 31 de março de 2009

Tema: As Ações do NUTEC para o Agronegócio

Palestrante: João Prata Gil Pereira de Araújo, Presidente do NUTEC

O Sr. Coordenador Torres de Melo abriu a reunião dando algumas informações e pediu desculpas por ter que se retirar para acompanhar o início da vacinação contra a febre aftosa, passando a coordenação dos trabalhos ao Dr. Flávio Saboya que, imediatamente, passou a palavra ao Sr. palestrante, que iniciou agradecendo o convite e apresentando o conceito de agronegócio (agribusiness), como a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção nas unidades agrícolas; e o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos com eles. E a abordagem sistêmica: antes da porteira (suprimento à produção): indústrias fornecedoras de insumos e máquinas/equipamentos, pesquisa, assistência técnica, etc.; dentro da porteira (produção agropecuária): produção de bens vegetais e animais; depois da porteira (processamento, armazenamento, distribuição): operações de estocagem, comercialização e, enfim, de atendimento ao consumidor final. Apresentou, respectivamente, as projeções de participação no negócio agrícola nos USA 1980/2028: antes da porteira (12%/7%), dentro da porteira (24%/14%) e depois da porteira (64%/79%); total de 10 bilhões 165 milhões de dólares em 2028. Componentes do agronegócio; fornecedor de insumo, produção agrícola, processamento e transformação, distribuição e consumo, e serviços de apoio, como veterinários, P&D, marketing, etc. Seguiu mostrando a importância do agronegócio para o Brasil, representando 23,3% do PIB total em 2007; para o Ceará de 1985 a 2003, significando 32% do emprego e 7% do valor agregado, em 2003; produtos exportados pelo Ceará, em 2007/2008, castanha, couros e peles

e frutas ocupando os primeiros lugares. Seguiu dizendo a missão do NUTEC: Viabilizar soluções tecnológicas para o desenvolvimento industrial sustentável, em benefício da sociedade. E a visão de em 2015 ser reconhecido como um centro de excelência em tecnologias industriais inovadoras. Tecnologias, produtos e serviços, tais como: Pesquisas, Desenvolvimento & Inovação, Incubação de Empreendimentos, Certificação e Consultorias e Projetos. Em química e alimentos, tratamento de superfície e corrosão; saneantes domissanitários e cosméticos; química ambiental, etc., microbiologia, análises físico-químicas, etc. Contam ainda com o Labcaju e Labmel e unidades de soluções tecnológicas, tais como: Nutec Export, Nutec Par-Tec, Nutec Cert, etc. Prosseguiu apresentando o PROGEX (Apoio tecnológico à inovação), voltado à alimentos/agroindústria e floricultura, E a Rede SIBRATEC Ceará, cujos objetivos eram: Promover o desenvolvimento econômico, a sustentabilidade e a competitividade das micro, pequenas e médias empresas (MPME) dos segmentos priorizados pelo Estado do Ceará: Têxtil, Confecção e Calçados, Indústria Química e Agroindústria; Fornecer soluções para problemas existentes na gestão empresarial, no desenvolvimento da produção e na comercialização de bens e serviços das MPME, entre outros. No Projeto extensão industrial inovadora, disse que era um Projeto de resolução de problemas técnico-gerenciais e tecnológicos em micro, pequenas e médias empresas industriais.e empresas incubadas no Partec, como a Urubio, a Tecbio, a Sanford Empreendimentos Ltda, Veneza e a Safety Belt. Destacou os laboratórios do NUTEC que dão suporte ao agronegócio: Divisão de Tecnologia de Alimentos e



Química – DITALQ, que faz Serviços de consultorias técnicas para as indústrias dos segmentos eletro/metal/mecânico, química industrial, alimentos e bebidas, construção civil, prestadoras de serviços essenciais e outros; Emissão de relatórios técnicos (pareceres, laudos) para empresas, pessoas físicas e laudos periciais para a Receita Federal Brasileira, etc., através dos laboratórios: Experimental de Alimentos, Físico-Química, Microbiologia, Microscopia, Cromatografia (HPLC) e Cromatografia, Química Ambiental, Tintas, Superfície e Corrosão, etc. Ressaltou a acreditação dos serviços de análises do LABCAJU junto ao INMETRO, ANVISA e MAPA e os BENEFÍCIOS: Melhoria dos procedimentos técnicos e gerenciais, Credibilidade junto a comunidade científica, Manutenção e aumento do número de clientes, Facilidade de prestar novos serviços (expansão do escopo). Em serviços de análises microbiológicas, químicas, cromatográficas, etc. Especificou as atividades de cada laboratório, a exemplo do laboratório de análises para certificação de produtos do caju e resíduos de pesticidas, para realização de análises físico-químicas, microbiológicas e cromatográficas (micotoxinas, açúcares, gorduras), prioritariamente para certificação dos derivados de caju; Análise de resíduos de pesticidas em frutos tropicais, mel e pescado, entre outras. Laboratório para controle de qualidade do leite: análise e monitoramento de qualidade do leite visando apoiar a cadeia produtiva no Estado do Ceará na busca de maior eficiência, competitividade e sustentabilidade para o agronegócio do leite; Controle de rebanhos leiteiros para a Gestão de propriedade leiteira e Monitoramento da qualidade da matéria-prima exigida pelos atuais Regulamentos Técnicos estabelecidos pela Instrução Normativa nº51 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, etc. Finalizou enumerando as contribuições que o NUTEC deu em 30 anos de existência, desde 1980, com o apoio ao Governo no diagnóstico de similaridade ou não de processos produtivos industriais para fins de incentivos fiscais; Industrialização de Banana Passa, Industrialização do Néctar de Graviola e Secador Solar na Agroindústria, até 2008 - Acreditação de Laboratório pelo INMETRO, Acreditação do Laboratório de Análises para Certificação de Produtos do Caju – LABCAJU no INMETRO como, NUTEC/DTAL (CRL 0281) em de 07 de julho de 2008. Deixou os contatos: CENTRAL DE ATENDIMENTO AO CLIENTE, R. Prof. Rômulo Proença, S/N – Campus do Pici, CEP: 60451-970 - Fortaleza – CE, Fone: (85) 31012445/ 31012426/ 31012447, Fax: (85) 31012436, nutec@nutec.ce.gov.br, www.nutec.ce.gov.br .

Debates

O Sr. Coordenador Flávio Saboya abriu os debates convidando para o evento sobre o plano agrícola e pecuário 2009/2010, a ocorrer na OCB, às 9h dia 6 de abril. No primeiro bloco, passou a palavra ao Sr. Dalton Teixeira, que falou sobre o NUTEC ter se desviado de

seus objetivos, por conta de muita diversificação, mas que havia observado pela apresentação que estava retornando aos seus focos. Fez mais algumas considerações sobre atendimento, custos, e maneiras de acesso do pequeno produtor ao NUTEC. O Sr. Aníbal Arruda teceu considerações sobre a reação do chefe da Embrapa Caprinos quando perguntara sobre financiamento e sobre a pesquisa acerca da bagana para pequenos ruminantes, durante uma reunião do Agropacto, leu resumo de um trabalho sobre o tema, fez mais observações e entregou cópia ao palestrante, ao coordenador e ao Sr. Francisco Zuza. O Sr. José Trajano falou sobre a inauguração do Eixão em Pacajus e perguntou se o NUTEC estava concentrando algum foco naquela obra e na estrada ligando Pacajus ao Pecém, dizendo ser o maior desafio do Governo Cid Gomes. O Sr. palestrante respondeu: que o NUTEC tinha histórico de 30 anos, tendo nascido como fundação pública de direito privado e isso dava condições de maior e mais ágil captação de recursos; que ao assumir, procuraram detectar problemas de realinhamento estratégico; que o Conselho de Administração do NUTEC era constituído basicamente por instituição de ensino os 13 assentos, e propuseram mudanças, com a participação agora de órgãos do Governo, do BNB, do CEDE, FIEC, FAEC, Vicunha, UFC, UECE, e um representante dos trabalhadores do NUTEC; que o foco do NUTEC estava bem definido e que todas as áreas estavam trabalhando nesse rumo; que estavam iniciando pesquisa em frutas e hortaliças consumidas no Estado do Ceará, analisando seus resíduos; que iria ler os documentos que recebera do Sr. Aníbal Arruda e os analisaria; que o NUTEC tinha conexão com as obras mencionadas. No segundo bloco de perguntas, o Sr. Edmar Vieira disse que a gestão do NUTEC teria que ser para executar conhecimentos e ver resultados e isso seria conseguido através de uma equipe coesa, perguntou por que o NUTEC não tinha laboratório de couros e calçados, e não tinha uma equipe de inteligência para pensar a tecnologia do caju, entre outras observações. O Sr. Arthur dos Santos Filho perguntou sobre os avanços da contribuição do NUTEC em torno do biodiesel. O Sr. Coordenador perguntou se o laboratório do NUTEC era credenciado e atendia às resoluções em termos de análise do mel para exportação à União Européia. O Sr. palestrante respondeu: que não tinham equipe mobilizada para trabalhar assistência tecnológica do mel; que em relação ao biodiesel, havia o desenvolvimento de processos de produção nas usinas e análises de laboratório; concordou que o NUTEC tinha que dar respostas e que elas teriam que ser coerentes com sua capacidade de solução do que estava sendo demandado. Entre outras respostas. O Sr. Coordenador Flávio Saboya agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.